

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERSPECTIVAS COMPARADAS: A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO DESTAQUE.¹

PUBLIC POLICIES IN COMPARATIVE PERSPECTIVES: EDUCATIONAL POLICY AS A HIGHLIGHT.

Danieli de Oliveira Biolchi², Airton Adelar Mueller³, Sergio Luis Allebrandt⁴

¹ Análise de um artigo examinado na disciplina: Políticas Públicas e Gestão do Território no Mestrado em Desenvolvimento Regional.

² Graduação em História; Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ, bolsista CAPES, danieli.biolchi@sou.unijui.edu.br

³ Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Orientador, airton.mueller@unijui.edu.br

⁴ Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Coordenador do Mestrado, allebr@unijui.edu.br

Resumo

Este texto analisa criticamente o artigo: “Seção temática: Gestão e poder local Políticas Públicas em perspectiva comparada”. Os autores realizaram um ensaio teórico-conceitual que considera as diferentes políticas públicas em perspectiva comparada, para aplicação de experiências no contexto local. Sendo assim, materializam uma análise de cinco políticas: educação, saúde, assistência social, cultura e meio ambiente. O estudo foi focado partindo da reflexão da tese de Theodore Lowi (1972), muito disseminada na Ciência Política. Nossa análise principal abordará as contribuições que a Política Educacional apresenta sobre as demais políticas aqui empregadas.

Abstract

This text critically analyzes the article: “Thematic section: Management and local power Public Policies in a comparative perspective”. The authors carried out a theoretical-conceptual essay that considers the different public policies in a comparative perspective, for the application of experiences in the local context. Thus, they materialize an analysis of five policies: education, health, social assistance, culture and environment. The study was focused on the reflection of Theodore Lowi's (1972) thesis, which is widely disseminated in Political Science. Our main analysis will address the contributions that the Educational Policy presents over the other policies employed here.

Palavras-chave:

Análise. Educação. Política. Pública. Contribuição.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

Keywords:

Analyze. Education. Policy. Public. Contribution.

INTRODUÇÃO

Quando nos pensamos no termo público, ou política pública, nossa mente nos leva a pensar no que pertence a todos, no que é comunitário, já que o termo público segundo o dicionário: “se refere ao povo de uma forma geral: interesse público”. (Dicionário online, 2020). Entretanto, o termo política pública no Brasil é muito recente, e por este motivo existe muita divergência do que realmente isso signifique. Segundo Secchi (2010), qualquer definição de política pública é arbitrária, pois não há consenso na literatura especializada sobre questionamentos básicos. Para tentarmos entender essas opiniões precisamos inicialmente compreender os conceitos da palavra política, segundo Rua (1998), a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos. Já Theodore Lowi (1972), analisa que “policies determine politics”, ou seja, políticas determinam política. Logo, existe um vaivém de interesses por trás de qualquer tipo de política pública, e esse jogo é determinado pela própria política, e por quem esta formulando ela.

Desta forma, buscamos entender de forma qualitativa o tipo de problema político (policy), que interfere na forma como os atores políticos interagem e se confrontam no processo de tomada de decisões. Distinguindo diferentes tipos de policies de caráter distributivo, redistributivo, regulatório e constitutivo. Entretanto, Frey (2017), alerta que dependendo do tipo de policy, as arenas políticas podem ser mais conflitivas, mais marcadas pelo enfrentamento ideológico ou mais tendentes à busca de consenso. Considera-se assim, que a determinação do tipo de arena política esta relacionada às questões ideológicas, sendo que estas estão ligadas aos partidos políticos. Para explicar esta policy, Frey (2017), analisa cinco Políticas Públicas e as comparam entre si, são elas: Saúde, Assistência Social, Cultura, Ambiental e Educação. Nosso foco nesse estudo esta baseado na Política Pública educacional, visto que ela é o pilar das demais políticas, ou seja, sem a atuação dinâmica da Educação as outras políticas não conseguiriam desenvolver-se.

Políticas Públicas em perspectivas comparadas:

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

Saúde

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira instituiu o SUS, que determina o dever do Estado em garantir a saúde a toda a população brasileira, defendendo-o como um direito universal e gratuito. Sua administração fica estabelecida em forma tripartite, ou seja, o financiamento é uma responsabilidade comum dos três níveis de governo federal, estadual e municipal. Entretanto, como já aponta Mendes (2013), os países que contam com sistemas universais de saúde (como o SUS) apresentam gastos públicos que representam cerca de 70% dos gastos totais em saúde, enquanto, no Brasil, o gasto público é inferior ao privado, atingindo 47% do total dos gastos. Em termos de percentual do (PIB), as despesas em recursos manteve-se praticamente inalterado entre 1995 e 2014, ficando em torno de 1,7% do PIB (Paim, 2016). Só este fato já seria uma explicação para que o SUS, mesmo tendo uma proposta universal e gratuita não funcione em sua totalidade. Uma vez que, sem investimento legítimo não existe possibilidade de a política chegar a todos os brasileiros com a mesma qualidade e equidade.

Destarte a isso, existem municípios e regiões como no Sul, Sudeste e Centro Oeste do Brasil onde a rede é mais organizada. Contudo, na região norte e nordeste do país vivesse a precariedade deste sistema. Mostrando a desigualdade inter-regional e demonstrando que a política não é igualitária e muito menos universal. No que tange as perspectivas comparadas verificamos que a saúde anda junto muitas vezes com a educação, já que, quanto maior o nível educacional, menor a necessidade de investimentos em prevenção. Também esta ligada ao meio ambiente, uma vez que, onde há melhor saneamento básico, verificam-se melhores indicadores de saúde básica. De acordo com dados da Funasa: “cada R\$1 investido por governos em saneamento básico economiza R\$4 em custos no sistema de saúde” (Frey, 2017).

Assistência Social

A Política Pública de Assistência Social foi promulgada na Constituição Federal de 1988, sendo que a área ganhou vulto, na medida em que a assistência social passa a ser um direito universal, a ser garantido pelo Estado independentemente da contribuição à seguridade social (art. 203). A partir de 2005 sofreu mudanças mais relevantes, com a constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) regulando e normatizando as atuações dos governos municipais, estaduais e federal. Surgindo assim, os Centros de Referência da Assistência Social (Cras), que se tornaram referência na centralização do atendimento à assistência social. Além do SUAS e dos CRAS, não poderíamos deixar de falar do Bolsa família, programa de transferência direta de renda, às famílias em situação

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O objetivo do programa é distribuir renda para as pessoas mais carentes, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Este programa sem dúvida alguma é muito importante, pois muitas famílias dependem dele para colocar o alimento na mesa.

O que nos remete ao pensamento de Souza (2009) quando analisa as pessoas beneficiadas com estes programas, as intitulando de “ralé brasileira”, ou seja, a esquecida pelos nossos governantes e pela sociedade de uma forma geral. Dela faz parte à sociedade menos escolarizada e favorecida, que vive nas periferias das grandes, média e pequenas cidades do Brasil. A “ralé brasileira” é, em grande parte, desprovida de capital cultural, essencial para o exercício do conhecimento, e das aprendizagens que ocorrem durante a vida, uma vez que, estas podem determinar o nosso sucesso profissional. Essa classe social ainda é julgada pela sua aparência física, cor, formato do rosto, tipo de roupa que veste e por suas condutas. (BOURDIEU, p. 193. 1998). Ficando nítido que sofre com a falta de equidade e respeito. Destarte a isso, hoje vivemos um momento onde a política da Assistência Social se destaca, uma vez que, vivemos uma pandemia, onde muitas famílias dependem exclusivamente das ações sociais para sobreviver. Considerando as perspectivas comparadas podemos afirmar que a Assistência social esta vinculada a Educação e a Saúde. As três Políticas relacionam-se nas ações do Bolsa Família, da merenda escolar e dos encaminhamentos as redes de proteção.

Cultura

A Política Cultural foi criada recentemente, mesmo sendo discutida desde meados da década 30. O Sistema Nacional de Cultura foi aprovado como emenda constitucional em 2014, propondo institucionalidades específicas para a produção de políticas públicas no País, como planos, conselhos e fundos voltados à cultura nos âmbitos nacional, estadual e municipal, buscando promover articulações horizontais e verticais entre elas. Política voltada para as várias linguagens artísticas como: teatro, música, cultura popular etc. Com objetivos que também podem oscilar entre democratização do acesso à cultura, democracia cultural, fomento à produção, viés econômico ou garantia de direitos, e em diálogo com múltiplas noções de público como: artistas, grupos de cultura popular e produtoras culturais com fins lucrativos.

Política de suma importância, porque, é a partir dela que as questões culturais são trabalhadas e disseminadas. Principalmente quando consideramos a nossa miscigenação, ou seja, nossa mistura de raças, crenças e costumes. Somos uma nação onde infelizmente os problemas vinculados ao racismo e ao preconceito são latentes, principalmente em comunidades pobres. Conforme afirma

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

Souza: “Compreender a escravidão como conceito é muito diferente. É perceber como ela cria uma singularidade excludente e perversa” (2017, p. 9). Logo, os problemas do racismo estão relacionados ao nosso passado histórico devastador não resolvido e jogado em baixo do tapete. A escravidão deixou marcas profundas e cruéis na sociedade, hoje verificadas principalmente nas comunidades mais pobres e onde a tão sonhada equidade não ocorre. Por conseguinte, a Política Cultural nos últimos anos, vêm demonstrando-se inclinada ao um viés ideológico e partidário, o que a deixa vulnerável as mais diversas interpretações. Quanto às perspectivas comparadas, consideramos que a Cultura e Educação difundem os valores culturais para o desenvolvimento do Ensino pleno, fomentando a equidade e a igualdade das diversas culturas.

Ambiental

Os primeiros debates em torno da Política Ambiental começam a surgir em 1974, quando foi criada a Secretária Especial do Meio Ambiente. E em 1992 à condição de ministério do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) em 1981. Conforme o artigo 23 da Constituição a política ambiental visa: “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” é responsabilidade comum da União, dos estados e municípios. A Constituição define um meio ambiente saudável como direito do cidadão e a proteção do mesmo como dever do Estado: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Cap. 5, art. 225). Contudo, não é o que temos visto nos últimos anos, quem deveria garantir este direito tem o negado, na verdade faz o contrário, incentivando o desmatamento e desconsiderando a grilagem de terras. Nossos governantes chegaram ao ponto de pensar em aproveitar uma crise de proporções sanitárias universais que esta deixando rastros com milhões de mortos, para aprovar leis que simplificam e regulamentam questões ambientais. Como no caso da fala do Ministro do meio ambiente Ricardo Sales durante uma reunião no Laudo de Perícia Criminal Federal:

“(…) enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam ... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. (...)”. (Ricardo Sales, 2020)

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

Infelizmente são estas as pessoas que representam a sociedade brasileira, preconizam as nossas leis e são responsáveis pela policy, já abordada anteriormente. Deste modo, enquanto nossos governantes continuarem com este tipo de pensamento, aproveitando-se de um momento tão delicado para simplificar normas ambientais continuará o descaso ao qual se encontra o Ministério do Meio Ambiente. Por conseguinte, a política ambiental é a mais emblemática quanto à predominância dos desafios dos bens públicos, cuja preservação e as garantias tendem a entrar em conflito com os interesses dos detentores de bens privados ou, de forma /geral, com os interesses econômicos da busca de lucro (Frey. 2017). Relacionando-se às perspectivas comparadas observamos que o meio ambiente esta vinculado a todas as politicas citadas nesta análise, uma vez que, sem um meio ambiente protegido e preservado não teremos alimentos em nossas mesas, água para saciar nossa sede e ar para respirarmos. Sendo esses elementos principais para sobrevivência humana.

Educação e a sua contribuição às outras quatro Políticas Públicas

Chegamos a Política que consideramos a mais importante de todas, a Educacional. Conforme Frey (2017) esta política é considerada inexistente, pois, mesmo o sistema nacional de educação sendo ancorado em um conjunto de programas de colaboração intergovernamental, como no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), não funcionam de forma equilibrada. Sendo, que as disparidades regionais nas condições de oferta de educação escolar são marcantes e têm origens atreladas à histórica descentralização na oferta de educação básica, associada a condições desiguais na garantia de seu financiamento (Oliveira; Sousa, 2010, p.17). A lei determina que seja dever do Estado garantir a universalização do acesso à educação obrigatória (entre 4 e 18 anos incompletos). Entretanto, são grandes as disparidades de oportunidades em função da renda, assim como são significativas às diferenças nas condições de oferta dos municípios. Onde as famílias, por vezes, dormem em filas para garantir uma vaga para seus filhos na pré-escola.

Assim sendo, o principal fator de influência sobre o desempenho dos estudantes é o nível socioeconômico de seu grupo familiar (Soares; Collares, 2006). Como já verificava Bourdieu (1986) sobre o aprendizado no capital corporificado. Segundo sua análise, a corporificação está intimamente ligada ao tempo que cada um de nós destina a aprender, ou seja, à escolaridade que cada indivíduo adquiriu. Portanto, se uma pessoa tem alto grau de escolaridade terá, assim, alto nível de incorporação, enquanto que outras, com baixa escolaridade, terão um baixo nível de incorporação.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

(BOURDIEU, 1986). Nesse ponto, podemos observar a importância que as heranças culturais fornecem para aquisição e assimilação dos aprendizados e para a concretização da aprendizagem escolar. Logo, afirma-se que a educação escolar também é reconhecida como fator de desenvolvimento humano e econômico, em diferentes perspectivas (Fagnani, 2014). Entretanto, o investimento é curto e valorização menor ainda. Acreditamos que a Educação seja o marco de transformação das outras políticas, porque, como verificamos na fala de Freire:

(...) é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue. (p. 45, 2006)

A educação é elo que une as transformações e aprendizagens do homem ao longo da História humana. Analisando a Política Educacional em perspectivas comparadas verificou-se que a Educação esta atrelada as quatro políticas já mencionadas, como por exemplo, o Meio Ambiente, onde se promove a alimentação sustentável nas escolas, estudo das consequências do desmatamento e da não preservação do meio ambiente, etc. Ou também, a Cultura no incentivo a oferta de atividades esportivas, lúdicas e culturais no chamado contra turno escolar. Na saúde, promovendo os direitos humanos e de proteção à infância e à juventude, a violência intrafamiliar, o abuso sexual, o racismo e a homofobia. Já no aspecto da Política de Assistência Social, estão intimamente ligadas, uma vez que, os programas sociais surgem com a proposta de fomentar também o acesso de todos a educação. Como no caso do Bolsa Família, onde um dos critérios de acesso ao auxílio, é assiduidade dos alunos na Escola, e ainda, no encaminhamento de alunos aos centros de atendimento do CRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo opinião de Frey (2017), os esforços de estudos em adoção de perspectivas comparadas sobre políticas públicas e seu desdobramento para experiências subnacionais, podem contribuir de forma significativa para fomentar processos de aprendizagem entre diferentes setores de políticas e níveis de governo. Todavia, nossa análise principalmente considera que todas as Policy, ou seja, políticas

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

foram criadas pensando no bem estar da população, mesmo que muitas tenham se valido de aspectos nebulosos para o seu surgimento. Logo, as cinco políticas retratadas nesta apreciação são muito importantes para a população brasileira, porém, destacamos e damos ênfase a Educacional, pois acreditamos na importância que a educação tem na vida da população. Como já mencionava Paulo Freire: “Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar” (1992, p. 155). Portanto, se pensarmos em uma perspectiva comparada, a Educação enquadra-se e relaciona-se com todas as outras quatro políticas. Como já mencionamos anteriormente, a educação tem o papel dar o caminho, orientar as pessoas para ter uma qualidade melhor de vida. Acreditamos que a educação é a saída para a melhoria gradativa de todas as outras Políticas Públicas, uma vez que, tendo uma população politizada teremos como consequência, a melhoria da vida, saúde, cultura, consciência ecológica e social da população de forma unificada.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998

DICIONÁRIO. Online. **Dicionário de Língua Portuguesa**. <https://www.dicio.com.br/publico/>
Acesso em 25 de junho 2020.

FAGNANI, E. **Além da agenda endógena da educação: propostas para a construção coletiva de um projeto de desenvolvimento**. Educação e Sociedade, Campinas, v.35, n. 129, p. 999-1026, dez. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. RJ: Paz e Terra, 1992.

FREY, K., Oliveira, V., Ximenes, S., Bittencourt, L., & Lotta, G. (2017). **Políticas públicas em perspectiva comparada: proposta de um framework para a análise de experiências locais**. *Revista Do Serviço Público*, 68(1), 9 - 36. <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i1.1767> Acesso em 22 de maio 2020.

LOWI, T. J. **Four systems of policy, politics, and choice**. *Public Administration Review*, v.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

XXXII, n. 4, p. 298-310, 1972.

MENDES, E. V. **25 anos de Sistema Único de Saúde: resultados e desafios**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, n. 78, 2013.

OLIVEIRA, R. P.; Sousa, S. Introdução. In: Oliveira, R. P.; Santana, W. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: Unesco, 2010.

PAIM, J. **Seguridade social, financiamento e crise do Sistema Único de Saúde (SUS). Plataforma Política Social: Caminhos para o Desenvolvimento**, 21 de fev. 2016. Disponível em: <http://plataformapoliticassocial.com.br/seguridade-socialfinanciamento-e-crise-do-sistema-unico-de-saude-sus/>. Acesso em: 28/03/2016.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SALES, Ricardo. **LAUDO NII 1242/2020 - INC/DITEC/PF LAUDO DE PERÍCIA CRIMINAL FEDERAL, 2020**. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2020/05/22/laudo_digitalizado.pdf?_ga=2.200166634.594428147.1590675456-2004235479.1584924820
Acesso em 25 de maio 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, p.133, 2010.

SOARES, J. F.; Collares, A. C. M. **Recursos familiares e o desempenho cognitivo dos alunos do ensino básico brasileiro**. Dados, v. 49, n. 3, p. 615-650, 2006.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017.

SOUZA, Jessé et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

Parecer CEUA: 3.069.588